

## ACTAS

Folha 52

### Ata nº 53 (cinquenta e três)

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, pelas doze horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 5.º andar, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, encontrando-se presentes todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Elsa Maria Roncon Santos, Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, do Conselho de Administração, Licenciados Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto, Carlos Manuel Durães da Conceição, José Manuel Pereira Mendes de Barros, Fernanda Maria Mouro Pereira, Maria João Dias Pessoa de Araújo e Pedro Miguel Nascimento Ventura, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC suplente Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes. -----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pelo Licenciado José Manuel Fusco Gato, nos termos do despacho número 813/15 - SET, de 29 de maio de 2015, da Secretária de Estado do Tesouro. -----

A Presidente da Mesa verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi convocada ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais. -----

Declarando aberta a sessão, a Presidente da Mesa saudou todos os presentes e procedeu de seguida à leitura da ordem de trabalhos previamente consensualizada: -----

- “1.º Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório Financeiro e demais documentos de prestação de contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014; -----
- 2.º Deliberar sobre o Relatório do Governo Societário referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014; -----
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----
- 5.º Deliberar sobre a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos sociais para 2015; -----
- 6.º Outros assuntos.” -----

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, o qual entendeu ser de distinguir no ano de 2014: -----

- A continuação dos processos de reprivatização, no âmbito do estabelecido nos acordos internacionais, com a conclusão dos processos da REN, de 9,9% do capital através de uma OPV com dispersão no mercado, gerando um encaixe financeiro de 141,7 milhões de euros, e de 31,5% dos CTT, através de um processo de *accelerated bookbuilding*, permitindo um encaixe de 342,6 milhões de euros, a assessoria no processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento e, já no final do ano, o início do processo de privatização da TAP; -----
- Quanto à privatização da ANA, foi constituído o *Steering Committee* no âmbito do Acordo de parceria estratégica entre a Parpública, a ANA e a Vinci, os quais se encontram empenhados na produção de um relatório que deverá estar finalizado dentro de um mês e meio; -----
- O refinanciamento de parte relevante da dívida foi assegurado através de duas emissões obrigacionistas, no montante global de 1.350 milhões de euros, uma de setecentos e cinquenta milhões de euros colocada no mercado nacional e outra de seiscentos milhões de euros colocada no mercado internacional por via de uma emissão de *eurobonds*. A Parpública diversificou assim as suas fontes de financiamento e reduziu a respetiva taxa de juro; -----
- A partir de setembro de 2014 não se verificou qualquer refinanciamento, em virtude da integração da Parpública no perímetro das contas públicas a partir de 1 de janeiro de 2015, o que envolveu a empresa num enorme esforço interno, em termos de capital humano e de implementação de novos procedimentos, que, no entanto, não se refletiu significativamente nos resultados da empresa; -----
- Foi dado início ao processo de reestruturação do setor imobiliário do Grupo, prevendo-se a fusão por incorporação na Parpública da Sagestamo, bem como a fusão, por incorporação na Estamo, de outras empresas do setor imobiliário, designadamente a Lazer e Floresta. -----

Em termos de desempenho económico e financeiro, o Presidente do CA referiu que o exercício de 2014 se pautou por uma diminuição dos resultados consolidados do Grupo

## ACTAS

Folha 53

face ao ano de 2013, tendo-se fixado em 367 milhões de euros negativos em consequência dos resultados obtidos pela *holding* PARPÚBLICA e pelo segmento “Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas” – no Grupo TAP. A contribuir positivamente para a formação do resultado, esteve o segmento “Águas e Resíduos” através do contributo da participada “Águas de Portugal, S.A.”. No final de 2014 o património consolidado do Grupo PARPÚBLICA atingia 17 mil milhões de euros enquanto o passivo consolidado rondava os 13,3 mil milhões de euros. -----

A nível individual, o resultado da PARPÚBLICA fixou-se, no final do ano, em 461,9 milhões de euros negativos, onde assumem particular destaque os juros e encargos suportados com o endividamento, que ascendeu a 214,2 milhões de euros, a perda por registo da contabilização da imparidade associada às ações Galp detidas pela PARPÚBLICA, das quais a grande maioria constitui o ativo subjacente a uma emissão de obrigações permutáveis, calculada em 204,8 milhões de euros, e o reforço contabilístico da provisão relativamente à participada TAP pela redução dos seus capitais próprios em cerca de 138,5 milhões de euros. -----

O Presidente do CA entendeu que é de realçar o enorme peso que a desvalorização das ações da Galp teve, ao longo de 2014, no resultado da PARPÚBLICA, observando uma desvalorização de 29,24% durante o ano, coincidindo o pico dessa desvalorização com o final do exercício. No entanto, importava salientar que, até ao dia anterior, essa desvalorização e correspondente imparidade foi substancialmente reduzida no montante de 144,2 milhões de euros, como consequência da evolução positiva da cotação da Galp (que valorizou cerca de 29%), e do recebimento de dividendos, com o respetivo efeito positivo nos resultados da PARPÚBLICA. -----

No que se refere aos custos de estrutura, o Presidente do CA salientou a redução que os mesmos observaram no exercício, tendo passado de 5,03 milhões de euros para 4,34 milhões de euros, o que em termos relativos representou um significativo decréscimo de cerca de 14%, consubstanciando a prossecução da estratégia geral de redução de custos operacionais em vigor. -----

A Presidente da Mesa agradeceu ao Presidente do CA a sua intervenção, inquirindo se mais alguém se queria pronunciar. Como tal não aconteceu, foi dada a palavra ao representante do acionista Estado, o qual aprovou o Relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório Financeiro e demais documentos de prestação de

contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, atentas as ênfases na Certificação Legal às contas consolidadas e recomendando que, face ao impacto da valorização das ações da Galp no encerramento das contas de 2014, seja reportado ao acionista, até final de julho, o efeito da cotação das mesmas nas contas reportadas ao final do primeiro semestre de 2015. -----

Quanto ao **ponto 2 da convocatória**, o representante do acionista único, Estado Português, aprovou o Relatório da Governo Societário da Parpública, SGPS, SA, dando instruções à empresa no sentido de sanar, no prazo de dez dias úteis, as situações identificadas no Relatório de Análise 72/2015, de 18 de maio, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). -----

No que concerne ao **ponto 3 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para que o resultado líquido negativo no montante de 461.877.977,96 € (quatrocentos e sessenta e um milhões oitocentos e setenta e sete mil novecentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos) seja transferido para resultados transitados. -----

No que respeita ao **ponto 4 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado propôs e aprovou um voto de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas. -----

Relativamente ao **ponto 5 da convocatória**, o representante do Estado aprovou a “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA”, em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta Ata. -----

Quanto ao **ponto 6 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista declarou não haver qualquer outro assunto a ser objeto de deliberação do acionista. -----

Assim, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, cerca das doze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

A Presidente



Elsa Roncon Santos

## ACTAS

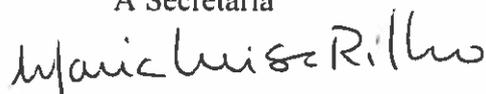
Folha 54

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho